



TEORIA E METODOLOGIA – ALGUMAS DISTINÇÕES FUNDAMENTAIS ENTRE AS DUAS DIMENSÕES, NO ÂMBITO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

THEORY AND METHODOLOGY - SOME FUNDAMENTAL DISTINCTIONS BETWEEN THE TWO DIMENSIONS WITHIN THE SOCIAL SCIENCES AND HUMANITIES

José D'Assunção Barros¹

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Brasil

Resumo:

Este artigo busca desenvolver uma reflexão acerca da distinção entre Teoria e Metodologia nas pesquisas científicas e na elaboração de textos nas Ciências Humanas. Busca-se apresentar, na primeira parte do texto, exemplificando tanto com uma situação da vida cotidiana como em uma situação mais especificamente relacionada ao âmbito científico, a natureza destas duas dimensões diferenciadas que são a Teoria e a Metodologia. A principal intenção do artigo é trazer uma contribuição para alunos e professores dos campos de conhecimento relacionados às ciências sociais e humanas, oferecendo algumas sugestões práticas e meios para o entendimento e o esclarecimento sobre aspectos relacionados à Teoria e à Metodologia.

Palavras-chave: Teoria; Método; Ciências Humanas; Conhecimento Científico.

Abstract:

This article attempts to develop a reflection about the distinction between Theory and Methodology in scientific researches and in the elaboration of texts in Human Sciences. It intends to present, in the first part of the text, the nature of these two dimensions with an exemplification of a quotidian situation, as well as an exemplification of a situation more specifically related to the scientific field. The main objective of the article is to contribute with students and professors of social and human knowledge fields, giving some practical suggestions and means for understand and clarifying some aspects related to Theory and Methodology.

Key words: Theory; Method; Human Sciences; Scientific Knowledge.

¹ Professor-Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.



TEORIA E METODOLOGIA – ALGUMAS DISTINÇÕES FUNDAMENTAIS ENTRE AS DUAS DIMENSÕES, NO ÂMBITO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

Teoria e Método: distinções básicas

Seja no âmbito do ensino e estudo de Metodologia Científica, seja por ocasião da feitura de Projetos de Pesquisa, não é incomum que se produzam confusões entre as dimensões da ‘Teoria’ e da ‘Metodologia’. Destarte, temos aqui dois campos que, embora em algumas ocasiões ofereçam fronteiras difusas e interpenetrações diversas, são bem distintos um do outro. Neste artigo, pretendemos refletir criticamente sobre isto, e oferecer uma contribuição para uma melhor delimitação entre o que é ‘teoria’ e o que é ‘método’ no âmbito da Metodologia, particularmente no que concerne às Ciências Humanas e Sociais.

A confusão entre teoria e metodologia, de fato, ocorre mais amiúde nas pesquisas da área das Ciências Humanas, e isto não é por acaso. Na área das chamadas Ciências Exatas, a distinção entre “teoria” e “método” torna-se bem mais óbvia, porque a “teoria” assume um caráter mais abstrato (cujo extremo é a formulação matemática) e a “metodologia” assume um caráter mais concreto, envolvendo técnicas mais diretas de medição ou experimentação e também aparelhagens diversas, bem visíveis e fisicamente palpáveis. Já nas Humanas, nem a teoria é assim tão abstrata, nem a metodologia é tão concreta², o que por vezes dá margem a hesitações diversas. Busquemos então dissipar quaisquer dúvidas envolvendo estes aspectos.

A “teoria” remete a uma maneira de ver o mundo ou de compreender o campo de fenômenos que está sendo examinado. Remete aos conceitos e categorias que serão empregados para encaminhar uma determinada leitura da realidade, à rede de elaborações mentais já fixada por outros autores (e com as quais o pesquisador irá dialogar para elaborar o seu próprio quadro teórico). A “teoria” remete a generalizações, ainda que estas generalizações se destinem a serem aplicadas a um objeto específico ou a um estudo de caso delimitado pela pesquisa.

Já a “metodologia” refere-se mais particularmente a uma determinada maneira de trabalhar algo, de eleger ou constituir materiais, de extrair algo destes materiais, de se movimentar sistematicamente em torno do tema definido pelo pesquisador. A metodologia vincula-se a ações concretas, dirigidas à resolução de um problema; mais do que ao pensamento, remete à ação. Assim, enquanto a ‘teoria’ relaciona-se a um “modo de pensar” (ou de ver)³, a ‘metodologia’ refere-se a um “modo de fazer”, ou ao campo de

² Para o caso da Metodologia, pode-se considerar, por exemplo, que um ‘quadrado semiótico’ – instrumento de análise empregado em ciências humanas como a Linguística, a Psicanálise ou a História – é menos concreto, no sentido mesmo de materialidade, do que um barômetro utilizado na Meteorologia ou um telescópio na Astronomia.

³ “Theoria”, para os filósofos gregos da Antiguidade, era a ‘contemplação’. “Mais precisamente, pode-se ver nela simultaneamente a percepção, o conhecimento, e a aceitação da ordem das



atividades humanas que em filosofia denomina-se *praxis*⁴. Para deixar mais clara esta diferença, evocaremos uma analogia entre a ‘pesquisa’ e a ‘viagem’, e começaremos por refletir sobre esta questão a partir de uma metáfora.

Imaginaremos que o nosso objetivo é realizar a famosa viagem conhecida como “o caminho de Santiago de Compostela”, que para muitas pessoas tem um significado simbólico especial e pode-se constituir em uma singular experiência de auto-iluminação. O que leva uma série de pessoas a percorrer este célebre caminho, situado entre a Espanha e a França, é a “teoria” de que esta peregrinação trará consigo implicações místicas. Esta crença está alicerçada em milhares de elaborações mentais anteriores, em depoimentos de pessoas que já percorreram o caminho e que se sentiram iluminadas, e ancorada ainda nesta ou naquela religião (a religião, grosso modo, é um sistema de pensamentos a partir do qual o homem procura equacionar as suas relações com um mundo invisível que ele acredita ser bem real).

É porque acreditam em um mundo para além da realidade física, e nas propriedades místicas de uma peregrinação através do caminho de Santiago, que anualmente centenas de pessoas se propõem a uma viagem à qual não faltarão as privações e desconfortos. Pode-se dar também que alguém elabore a sua própria teoria acerca das vantagens espirituais de percorrer o caminho de Santiago, e isto já será suficiente para que inicie esta empreitada, ao lado de outros que já se valem de uma “teoria” pronta e bem fundamentada em uma rede de elucubrações e depoimentos anteriores.

Suponhamos que somos um destes peregrinos que, ancorados em uma determinada visão do mundo e munidos de determinadas convicções religiosas, se propuseram a percorrer o caminho de Santiago. Para realizar efetivamente uma viagem destas, e sair do plano da “teoria” para o de uma realização prática e concreta, será preciso que tomemos uma série de cuidados e procedimentos. Iremos a pé ou montados? Com que tipo de vestuário, e com que equipamentos? Se optarmos por uma caminhada a pé, esta caminhada será efetivada em que ritmo de evolução: a passos irregulares, a passos medidos, lentamente, mais rapidamente, alternando caminhadas lentas com caminhadas mais rápidas, parando a intervalos regulares ou irregulares para alimentação e reabastecimento? Como planejaremos os

coisas” (DELATTRE, 1992, p. 224). Já em *A Lógica da Pesquisa Científica*, Karl POPPER (1995, p. 61) utiliza a metáfora de que “as teorias são redes, lançadas para capturar aquilo que denominamos ‘o mundo’: para racionalizá-lo, explicá-lo, dominá-lo”.

⁴1 – A expressão “práxis” é utilizada desde a época de Aristóteles, para quem as três atividades humanas fundamentais seriam a *Praxis*, a *Theoria* e a *Poiêsis* (criação artística). No sentido empregado por Aristóteles, a *praxis* estaria relacionada com a ação voluntária que busca alcançar objetivos. 2 – Com Karl Marx, a *praxis* passa a se associar ao ideal de transformar o mundo através da atividade revolucionária. Assim, na primeira das *Teses contra Feuerbach* Marx define a *praxis* como atividade prático-crítica (MARX, 1974), e a partir daí este conceito passaria a representar a unificação entre a ‘interpretação’ e a ‘modificação’ do mundo. 3 – Por fim, em um sentido mais amplo, mas também sintonizado com a definição marxista, pode-se ainda dizer que “o conceito de *praxis* exprime precisamente o poder que o homem tem de transformar o ambiente externo, tanto natural como social” (GOZZI, 2000).

recursos alimentícios e a sua distribuição pelas várias etapas da viagem? Dormiremos ao relento ou em pousadas? Será preciso fazer reservas?

Estas são decisões metodológicas. Uma vez que já nos decidimos a fazer algo, será necessário escolher os “modos de fazer”, nos municiarmos dos instrumentos necessários a este “fazer”, planejar sistematicamente este “fazer”. A escolha de um tipo de calçado inadequado, de certo modo de caminhar inapropriado, de uma técnica incompatível com o tipo de solo ou clima – cada uma destas coisas poderá ser responsável pelo fracasso da empreitada. Se quisermos atingir uma finalidade, devemos buscar conscientemente um conjunto de metodologias, de instrumentos e modos de fazer. A própria necessidade nos obriga a isto.

É verdade, ainda, que uma decisão “teórica” pode encaminhar também uma escolha “metodológica”. Fazer reservas de hospedagem para uma peregrinação que se pretende mística pode ser incompatível com esta ou aquela teoria da auto-iluminação. Da mesma maneira, uma hipótese – a de que a “iluminação” só se torna possível para o andarilho que caminha sozinho – pode definir não apenas os objetivos (caminhar sozinho) como também as metodologias para alcançar este objetivo (planejamento para uma jornada autossuficiente).

Temos assim, para o exemplo imaginado, dois campos bem distintos. Pertencem ao campo teórico a ‘religião’ ou o conjunto de opiniões místicas que nos motivaram a iniciar a viagem, o conceito de ‘auto-iluminação’, a nossa própria visão de mundo, o patrimônio formado pelos pensamentos desenvolvidos pelos viajantes anteriores. Pertencem ao campo da metodologia os equipamentos, os instrumentais, as técnicas escolhidas para utilizá-los, os modos de combinar uma técnica com a outra, o planejamento relativo à utilização dos materiais e aos momentos mais apropriados de empregar cada técnica.

Voltemos ao problema da Pesquisa Científica. Quando formulou a sua teoria sobre a “Origem das Espécies” – edificando-a a partir de uma nova taxonomia e de conceitos como o da “seleção natural”⁵, Darwin estava se movimentando no campo teórico. A partir daqui, o mundo natural passava a ser ordenado de acordo com uma abordagem evolutiva onde cada espécie viva seria considerada como portadora de uma conquista biológica obtida através de “variações favoráveis” que haviam passado pelo crivo da natureza em meio ao desenrolar da “luta das espécies”⁶.

O que Darwin fez foi “arrumar” a Natureza de acordo com uma nova cosmovisão. A teoria sobre a “Origem das Espécies” é apenas certa maneira de “ver” a Natureza, que a partir desta abordagem teórica acaba

⁵ Sobre o conceito de ‘seleção natural’ criado por Darwin, é ele mesmo quem o define: “dei o nome de seleção natural [...] a essa conservação das diferenças e das variações favoráveis individuais e a essa eliminação das variações nocivas” (DARWIN, 1992).

⁶ Mario Bunge assim registra a combinação de axiomas que sustenta a teoria elaborada por Darwin: “A alta taxa de aumento populacional conduz à pressão populacional”, “A pressão populacional leva à luta pela vida”, “Na luta pela vida, o inatamente mais apto sobrevive”, “As diferenças favoráveis são herdáveis e cumulativas” e “As características desfavoráveis levam à extinção”. (BUNGE, 1974. p.151).



sendo reconstruída ao mesmo tempo como o palco de uma grande luta envolvendo os seres vivos e como um tribunal permanente, onde as diferenças trazidas por cada indivíduo são julgadas favorável ou desfavoravelmente pelo conjunto dos demais (das diferenças favoráveis emergiriam precisamente as espécies vitoriosas, que acabariam sobrevivendo e se fixando)⁷. Em vista disto, o sistema de Darwin procura organizar as várias espécies animais existentes como portadoras de diferenças de umas em relações a outras, como se resultassem escalas de seres vivos produzidas pela “seleção natural”. Ocorre, assim um inevitável descentramento da espécie humana, que passa a não ser nada mais nada menos do que um ponto nesta rede de escalas naturais. O que a teoria sobre a “Origem das Espécies” propõe, deste modo, é uma nova imagem do mundo⁸.

Desta possibilidade teórica, era preciso passar às possibilidades demonstrativas, que permitiriam que Darwin formulasse as suas hipóteses não mais sob a forma de hipóteses, mas sob a forma de leis. Para isto, seria preciso que o naturalista inglês iniciasse também a sua viagem, e que concretamente coletasse uma infinidade de exemplos de espécies animais que se permitissem a um encaixe dentro da nova arrumação que propunha para o mundo natural. Assim, Charles Darwin pôs-se ao campo em uma sistemática viagem de observação ao redor do mundo, a partir da qual pôde coletar dados, ordená-los, classificá-los e analisá-los.

Em momentos como estes é que se passa ao terreno da “metodologia”. Diante de um material bruto escolhido ou produzido para sofrer observações e experimentações, ou diante de um campo de fenômenos que se apresenta à experiência sensível ou à percepção crítica, é preciso adotar métodos e técnicas para coleta de dados, para análise destes dados, para comparar as análises empreendidas, para criar condições de experimentação ou de observação que possam ser mais tarde reproduzidas cientificamente. Sem esta etapa demonstrativa a partir de uma observação sistematizada e de métodos e técnicas diversificados para elaboração dos fatos, a teoria da “Origem das Espécies” permaneceria no campo das conjeturas⁹.

Uma teoria inteiramente original a respeito de algo é frequentemente criada a partir da intuição, da reflexão, da observação assistemática (já que a ‘observação sistemática’ virá depois, com o método,

⁷ A imagem do mundo natural produzida por Darwin, ao apresentar a ‘contingência’ como a grande responsável pelo desenvolvimento das espécies, veio a se opor deste modo à “representação clássica” da Natureza, que a concebia como um conjunto ordenado e finalista. Por ora, é o bastante para deixar registrado que as teorias são visões de mundo (ou de um problema específico) que se defrontam. Um pouco mais adiante, mencionaremos as críticas às formulações de Darwin.

⁸ Esta imagem darwiniana do mundo, como qualquer imagem, também não é definitiva, como logo ficará claro.

⁹ Conjetura é, do ponto de vista filosófico e da metodologia científica, uma suposição ou proposição que é proposta sem a intenção de ser submetida à comprovação ou a um processo de demonstração. Difere, neste sentido, da hipótese – uma vez que esta é assumida como uma assunção provisória que se pretende submeter a um processo de demonstração que visará comprová-la, refutá-la, ou pelo menos demonstrar a sua natureza verossímil dentro de um determinado sistema.



para demonstrar ou apoiar as novas proposições teóricas). Às vezes, um novo veio teórico pode ser aberto mesmo por acidente, quando se busca experimentalmente uma coisa e acaba se encontrando outra (ou mesmo quando não se está buscando nada). De qualquer maneira, nestes casos estamos falando apenas de motivações que podem dar origem a uma nova sistematização teórica. Mas de um jeito ou de outro a elaboração de uma teoria pressupõe um esforço de reflexão, de abstração, de produzir uma generalização a partir dos eventos particulares (indução) ou de desdobrar sucessivamente o pensamento a partir de uma colocação ou constatação primordial (dedução). Daí dizermos que a teorização está associada aos modos de pensar e de ver, enquanto a metodologia está associada aos modos de agir. É importante frisar, desde já que, uma maneira de ver e pensar abre possibilidades relacionadas à maneira de fazer. Isto implica que determinadas teorias abrem possibilidades metodológicas, e podem fechar outras. Contudo, de maneira geral, não se pode dizer que a certa teoria corresponderá necessariamente uma única metodologia, a não ser quando estivermos lidando com determinados paradigmas que são simultaneamente teóricos e metodológicos. De igual maneira, há métodos e técnicas que podem se aplicar a teorias distintas. Mas a estas questões voltaremos no final do artigo. Por ora, apenas ressaltamos que – embora teoria e metodologia continuamente interajam uma sobre a outra – estes âmbitos podem ser referidos separadamente; de fato, nos projetos de pesquisa, eles aparecem frequentemente em capítulos separados. Retornemos, neste momento, às considerações mais específicas sobre a instância teórica.

De modo a aproveitar o exemplo mencionado, em torno da Teoria da Seleção Natural de Darwin, podemos mostrar que, neste como em outros casos, estamos diante de visões de realidade ou de maneiras de pensar que se defrontam – ou de “teorias” e posicionamentos teóricos que se confrontam, para já trazer a terminologia para o âmbito da Metodologia Científica. Para nos darmos conta disto mais diretamente, é bastante dar a perceber que a teoria da evolução de Darwin teve de se opor desde o princípio à “representação clássica” da Natureza, que a concebia como um conjunto ordenado e finalista (portanto, a outra visão de mundo bem distinta). Por outro lado, o universo natural proposto por Darwin também se opunha, na sua instabilidade transformadora, ao modelo proposto pelo “fixismo” (doutrina antiga fundada na idéia da imutabilidade dos seres e baseada na Teoria da Criação Especial). Para além disto, mesmo dentro do ponto de vista que encarava a natureza como sujeita à ‘transformação das espécies’, já havia à época de Darwin uma teoria rival: a de Lamarck (esta que se afirmava sobre três postulados fundamentais: a tendência imanente à perfeição, a lei do uso e desuso, a herança dos caracteres adquiridos). A estas teorias o darwinismo teve de superar no seu próprio tempo, ou ao menos se posicionar claramente diante delas como uma nova visão da realidade examinada e deste objeto de estudo que é a diversidade natural dos seres vivos.

De outra parte, é preciso compreender que a “teoria da evolução” proposta por Charles Darwin estaria longe de ser uma solução final. Por um lado, as próprias correntes mais modernas da “teoria evolucionista” vieram a



matizar as colocações de Darwin. A chamada *Teoria Sintética* ou *Moderna da Evolução*, por exemplo, embora sustente que a seleção natural seja um fator importante para a especiação, afirma que ela não tem qualquer significado quando tomada isoladamente, devendo sempre ser considerada em associação a outros fatores como as “mutações”, o “acaso”, as “variações ambientais” que contrapõem o indivíduo ao meio ambiente (e não somente aos demais indivíduos), para além das estratégias e ocorrências de “isolamento” sexual ou demográfico. Desta forma, o desenvolvimento das espécies passa a ser examinado de um ponto de vista multifatorial, retificando os aspectos mais lineares da teoria evolucionista proposta por Darwin no século XIX. Por outro lado, já no final do século XX o bioquímico americano Michael Behe, com bastante rigor argumentativo, empreendeu por um viés bem distinto uma vigorosa crítica às teorias de Charles Darwin sobre a evolução natural. Baseando-se em uma sistemática análise dos dados empíricos trazidos à tona pela mais recente biologia molecular, que revelam uma extrema complexidade e interconexão estrutural-funcional no mundo subcelular, Michael Behe (1997) recoloca a questão da possibilidade de um planejamento inteligente por de trás da história dos seres vivos em oposição à mera contingência da seleção natural.

De qualquer modo, à parte a acirrada arena teórica que algumas questões nos vários campos de conhecimento científico podem provocar, deve ser dito que não é preciso criar uma teoria nova a cada pesquisa. Longe disto, o pesquisador pode explorar os recursos teóricos já existentes e combiná-los de modo a estudar uma situação, um caso, ou um campo que ainda não tinha sido abordado. Ao iniciar uma pesquisa ou um estudo específico, o cientista já está habitualmente munido de uma determinada forma de ver as coisas, de conceitos que direcionam o seu pensamento e escolhas. Pode ser que venha a se transformar este quadro teórico no decurso da própria pesquisa ou de seu trabalho de reflexão, mas quase sempre é preciso (ou até inevitável) partir de algo.

Uma palavra que já mencionamos diversas vezes em nossa digressão acerca do que é mais propriamente a Teoria, foi a de *conceito*, e talvez seja oportuno delinear melhor o que significa esta expressão, que está inteiramente imersa no interior da dimensão teórica. Um conceito deve ser entendido como uma formulação abstrata e geral, ou ao menos passível de generalização, que o indivíduo pensante utiliza para tornar alguma coisa inteligível em seus aspectos essenciais, para si mesmo e para outros. Percebe-se aqui que os conceitos têm tudo a ver com a Teoria. Eles são, por excelência, instrumentos através dos quais o pesquisador ou produtor de conhecimento procura “ver” as coisas, a partir de uma perspectiva teórica mais bem delineada.

Habitualmente, os conceitos correspondem a noções gerais que definem classes de objetos e de fenômenos dados ou construídos, e que sintetizam o aspecto essencial ou as características existentes entre estes objetos. Um conceito bem formulado deve representar somente aqueles elementos que são absolutamente essenciais ao objeto ou fenômeno considerado, e, portanto, os elementos que são comuns a todas as coisas da

mesma espécie, deixando de fora aspectos que são somente particularizadores de um objeto ou fenômeno considerado. Um conceito pode se referir a uma propriedade, a um processo ou a uma situação que abrange vários objetos. Do ponto de vista de sua natureza filosófica, todo conceito possui duas dimensões a serem consideradas: a “extensão” e a “compreensão” (ou “conteúdo”). Chama-se “extensão” de um conceito precisamente ao grau de sua abrangência a vários fenômenos e objetos; e chama-se “compreensão” de um conceito ao esclarecimento das características que o constituem. À medida que um conceito adquire maior “extensão”, perde em “compreensão”.

Assim, se defino revolução como uma mera tomada do poder político (o que seria uma péssima definição) um número muito grande de eventos poderia ser relacionado a este conceito, inclusive as quarteladas e os golpes militares, as insurreições e revoltas, ou mesmo motins. A “compreensão” pobre que estou atribuindo a este conceito acaba implicando em que ele estenda demasiado a sua “extensão”, e conseqüentemente se torne pouco operacional do ponto de vista científico¹⁰. Por outro lado, posso definir revolução de modo mais rico. Para Hannah Arendt (1998), o que habilitaria a classificar um determinado movimento social como “revolução” seria a convergência de alguns fatores: (1) uma mudança política brusca e violenta, (2) a consecução ou o projeto de uma transformação social efetiva, (3) a presença da ideia de “liberdade política” para além da mera “libertação”, e (4) a convicção de um “novo começo” por parte dos atores sociais. Ora, ao enriquecer desta maneira a compreensão do seu conceito de Revolução, Hannah Arendt é bem sucedida em limitar a sua extensão a um número menor de casos, e conseqüentemente, em tornar o seu conceito mais operacionalizável e interessante para as ciências humanas.

Gianfranco Pasquino (2000, p. 1125), no *Dicionário de Política* coordenado por Norberto Bobbio, concorda de uma maneira geral com estes aspectos, mas introduz um detalhe a mais já na abertura do seu verbete ao sugerir que a revolução não é necessariamente um movimento que tenha sido bem sucedido, bastando que seja uma *tentativa* de estabelecer mudanças sociais e políticas profundas (neste sentido, acrescenta a noção de “revolução frustrada”). Por outro lado, em uma acepção radicalmente distinta em relação às que até aqui aventamos, já alguns historiadores da *Escola dos Annales* ou de correntes daí derivadas empregaram a expressão “revolução” no sentido de uma perturbação, ou até mesmo de transformações muito lentas, que promovem a passagem de uma estrutura para outra. Há mesmo, dentro desta linhagem teórica que busca operacionalizar o conceito de “revolução” como signo de transformações radicais e efetivas que se fazem notar nas estruturas econômicas, sociais, culturais ou mentais que demarcam estruturalmente grandes períodos da história, aqueles que chegam a desideologizar a ideia de

¹⁰ Foi com uma ‘compreensão’ assim reduzida do conceito de “revolução” que a Ditadura Militar de 1964, no Brasil, procurou afastar de si o estigma de que ali se tinha nada mais nada menos do que um articulado “golpe militar” direcionado para a conservação de antigos privilégios e para o abortamento de um movimento social e de consciência política que começava a se fortalecer. Admitidas estas características, o Golpe de 1964 encaixa-se mais na noção de “contrarrevolução”, ou pelo menos de “golpe de Estado”, do que qualquer outra coisa.



revolução. Parece ser o caso da proposição teórica de Pomian (1990, p.183-208) em que busca discorrer sobre a História das Estruturas.

“Efetivamente, qualquer revolução não é mais que a perturbação de uma estrutura e o advento de uma nova estrutura. Considerada neste sentido, a palavra ‘revolução’ perde o seu halo ideológico. Já não designa uma transformação global da sociedade, uma espécie de renovação geral que relega para a sua insignificância toda a história precedente, uma espécie de ano zero a partir do qual o mundo passa a ser radicalmente diferente do que era. Uma revolução já não é concebida como uma mutação, se não violenta e espetacular, pelo menos dramática; ela é, muitas vezes, silenciosa e imperceptível, mesmo para aqueles que a fazem; é o caso da revolução agrícola ou da revolução demográfica. Nem sequer é sempre muito rápida, acontece que se alongue por vários séculos. Assim (como o demonstram François Furet e Mona Ozouf), uma estrutura cultural caracterizada pela alfabetização irrestrita foi substituída por outra, a da alfabetização generalizada, no decurso de um processo que, em França, durou cerca de trezentos anos”.

“Revolução”, segundo esta ‘compreensão’ proposta por Pomian, já não é necessariamente uma mudança brusca (“acontece que se alongue por vários séculos”) ou sequer violenta (“ela é muitas vezes silenciosa e imperceptível”). Tampouco é concebida como um novo começo (“essa espécie de ano zero a partir do qual o mundo passa a ser radicalmente diferente do que era”). Por outro lado, implica necessariamente na passagem de uma “estrutura” a outra, bem diferenciada. Desta forma, associada ao conceito de “estrutura” tal como foi proposto por alguns dos historiadores dos *Annales*, “revolução” passa a ter a sua ‘extensão’ aplicável a uma série de outros fenômenos para além dos movimentos políticos, como a “revolução agrícola” ou a “revolução demográfica”.

Por outro lado, deve-se notar que esta ideia de revolução como passagem de uma estrutura para outra não deixa de se correlacionar de algum modo com a ideia, também presente no Materialismo Histórico, de que a revolução pode assinalar a passagem de um “modo de produção” a outro (ou, dito de outro modo, de uma estrutura sócio-econômica a outra)¹¹. Obviamente que, no âmbito do pensamento marxista, a ideia de revolução não pode ser jamais desvinculada da ideologia, mas de todo modo também aqui faz a sua entrada uma nova possibilidade para a utilização do conceito de revolução. De fato, dentro do Materialismo Histórico – este campo teórico que se tem mostrado bastante significativo para o desenvolvimento da História e das Ciências Sociais – aparece em pelo menos dois usos para o conceito de

¹¹ A ideia de “revolução” como substituição de um modo de produção por outro se tornou típica do marxismo economicista da Segunda Internacional. O texto fundamental de Marx que autoriza este uso conceitual é o “Prefácio” da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859. (MARX, 1974a)



revolução, já a partir das próprias obras de Marx e Engels. Em *A Ideologia Alemã* (1845), a revolução corresponde ao salto qualitativo de um modo de produção para o seguinte (MARX; ENGELS, 1989). Em obras como *A Luta de Classes na França*, de 1850 (MARX, 1982), bem como em artigos diversos, Marx e Engels empregam a expressão revolução no sentido político de 'levante armado' ou movimento social, atribuindo-lhe uma conotação flexível se a compararmos, por exemplo, com os usos de Hannah Arendt para a palavra "revolução". De todo modo, a literatura marxista posterior tem se utilizado uma ou outra destas conotações teóricas, atribuindo à revolução o sentido de movimento social ou de transformação estrutural. Este último sentido autorizou grandes teóricos e pesquisadores ligados ao Materialismo Histórico a criarem novos conceitos relacionados à ideia de revolução, e este foi o caso do arqueólogo australiano Gordon Childe ao cunhar a expressão "revolução urbana"¹². Vale lembrar, para além disto, que o próprio conceito de "estrutura", que autoriza a se falar em mudanças estruturais, tem sido palco para inúmeras discussões teóricas¹³. Há mesmo correntes teóricas, como o Estruturalismo, que se originam de uma certa acepção dada a este conceito, que passa a assumir o papel de fundamento de todo um campo teórico¹⁴, e este é um exemplo bastante interessante para ilustrar o fato de que, de um conceito elevado à condição de fundamento, pode se originar todo um campo de correntes teóricas¹⁵.

¹² Ao cunhar o termo "revolução urbana", Gordon Childe (1892-1957) estaria se referindo aos processos de urbanização que, há cerca de 3.000 anos atrás, assinalam a passagem de sociedades agrícolas já sedentárias do neolítico para um novo tipo de sociedade que surge a partir da concentração populacional, da divisão de trabalho, da emergência da escrita e da construção de um novo *habitat* para o homem, as cidades (CHILDE, 1977). Já Henri Lefebvre (1999), em seu *A Revolução Urbana*, está com esta expressão se referindo a processos mais recentes: a uma sociedade que, já industrializada, começa a se tornar também uma sociedade urbana.

¹³ Para uma discussão do conceito de "estrutura", ver VILAR, 1985.

¹⁴ O 'fundamento' também é uma figura chave para a teoria. Pela expressão, pode-se entender uma proposição geral e simples de onde se deduz todo um conjunto de preceitos ou mesmo um sistema completo de pensamento. Assim, por exemplo, um dos fundamentos do Materialismo Histórico é o de que as condições de produção da vida material determinam, em última instância, todos os aspectos da vida social.

¹⁵ Entre outras, acham-se sobre a sigla do Estruturalismo diversas correntes teóricas que enfatizam ou privilegiam as investigações sincrônicas, com o objetivo de descobrir as características estruturais ou universais da sociedade humana e, mais remotamente, que buscam relacionar estas características às estruturas universais da mente humana. Vários são os autores estruturalistas, representativos das mais variadas correntes. Um dos pioneiros do pensamento estruturalista foi Saussure, ao formular uma abordagem da Linguística onde a língua se apresenta como um sistema estruturado. Esta linha foi mais tarde desenvolvida em outras direções pelo campo do conhecimento que passou a ser chamado de Semiótica*, através de autores como Roland Barthes. Também se apoiando no caminho aberto por Saussure e aplicando-o ao estudo dos mitos, Lévi-Strauss apresenta-se como o grande nome associado à antropologia estrutural. Já Althusser e Balibar teriam investido em um marxismo estruturalista ao buscar enxergar as 'formações sociais' como combinações estruturadas de elementos simples. No campo da Psicanálise, a contribuição estruturalista é encaminhada por Lacan, que propõe a ideia de que "o inconsciente é estruturado como a língua". Por outro lado, ao interpretar a História das Ciências como uma grande sequência de transformações estruturais



Por fim, para mencionar um último campo de sentidos, o conceito de revolução pode também se aplicar a um aspecto exclusivamente cultural, referindo-se a transformações radicais dos conceitos artísticos ou científicos dominantes numa determinada época (é neste sentido, por exemplo, que se fala em uma “revolução copernicana” na Ciência). Estes exemplos, por ora, podem nos dar uma ideia de como pode ser rica a multiplicação de perspectivas no interior do campo da Teoria, apenas no que se refere a um único conceito.

Teoria e Metodologia: o exemplo mais específico da História

Compreendidas até aqui as diferenças fundamentais entre ‘quadro teórico’ e ‘quadro metodológico’, poderemos nos aproximar mais especificamente da manifestação destas diferenças no campo da História. A Pesquisa em História também envolve um confronto interativo entre teoria e metodologia. O ponto de partida teórico, naturalmente, é uma determinada maneira como vemos o processo histórico (porque há muitas). Assim, por exemplo, poderemos alicerçar nossa leitura da História na ideia de que esta é movida pela “luta de classes” (este é um conceito que pertence, embora não exclusivamente, à teoria do ‘materialismo histórico’). A ideia de luta de classes, por sinal, também pressupõe na sua própria constituição outro conceito, o de “classe social”. Para avançar na ideia, já exemplificada através do conceito de “revolução”, de que há uma grande diversidade de leituras e reformulações que um mesmo e único conceito pode apresentar, discorreremos rapidamente sobre o conceito de classe social.

A classe social corresponde a uma classificação que, no seu sentido mais geral, divide uma sociedade em grupos mais ou menos amplos de homens a partir de critérios relacionados à natureza da função que exercem na vida social e à parcela de vantagens (ou desvantagens) que extraem de tal função. Neste sentido, os subconjuntos sociais que podem ser denominados “classes” são definidos em termos de *status*, privilégios, de benefícios relacionados à distribuição desigual de bens econômicos, de acessos discriminatórios a valores culturais, de lugar nos processos de produção econômica, de divisão preferencial das prerrogativas relativas ao poder e à autoridade, ou mesmo nos termos de uma identificação de si mesmo que um determinado grupo social constrói ideologicamente. Estes critérios, que amiúde aparecem combinados, também podem se contradizer em uma sociedade complexa. Assim, em certa sociedade historicamente localizada, a classe alta tradicional pode estar relativamente empobrecida.

Por outro lado, em uma acepção mais restrita, as “classes” devem ser diferenciadas das meras “estratificações sociais” através da ênfase mais no aspecto da *relação* do que no da distribuição dentro da estrutura social. Neste sentido, buscar-se-ia enfatizar que as classes são menos agregados de indivíduos do que grupos sociais reais, identificados por sua história e por sua

(ou de substituições de “epistemes dominantes”), o Foucault (1998) de *As palavras e as coisas* tem sido também tachado de estruturalista, embora o próprio autor rejeite este rótulo.



posição na organização da sociedade. Em Marx e Engels, para já retomarmos este âmbito teórico que é o Materialismo Histórico e que estamos discutindo exemplificativamente, existem textos que ora autorizam o uso generalizado de classe como categoria que pode ser utilizada para qualquer período histórico, e que ora autorizam a ideia de que o conceito “classe” aplicar-se-ia mais especificamente à sociedade capitalista. Em *O Manifesto Comunista*, por exemplo, Marx e Engels afirmam que “a história de todas as sociedades que até hoje existiram é a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 1978). É assim que, na sua teoria geral da evolução das sociedades, Marx tende a destacar pares de classes antagônicas (escravos/senhores; servos/senhores feudais; proletários/burgueses; e assim por diante). Ao mesmo tempo, em alguns outros textos os fundadores do materialismo histórico admitem que a classe seria uma característica singularmente distintiva das sociedades capitalistas, e em *A Ideologia Alemã*, afirma-se que a própria classe é um produto da burguesia ou da sociedade burguesa. Já em *O 18 Brumário* (parte VII), Marx investe na ideia de que uma classe sempre se constrói por oposição a outra(s): “Na medida em que milhões de famílias vivem sob condições econômicas de existência que separam seu modo de vida, seus interesses e sua cultura das outras classes e as colocam em oposição hostil a estas outras classes, elas formam uma classe (...)”. (MARX, 1997)

Existe, como se pode ver, uma série de posicionamentos distintos, dentro e fora do Materialismo Histórico, com relação a este conceito que é o de “classe social”. Assim, acompanhando o raciocínio dicotômico, Gaetano Mosca (1851-1941) também formula uma teoria das “classes governantes” e “classes governadas” (1896), como grupos que surgiriam a qualquer momento em uma sociedade primitiva¹⁶. De outra forma, considerando o pano de fundo do sistema econômico capitalista, Max Weber define a “condição de classe” de um indivíduo como determinada pelas oportunidades de vender bens e habilidades profissionais, sendo esta a acepção que é utilizada em *Economia e Sociedade* (WEBER, 1999, p. 175-186). Por fim, Alvin Gouldner, retomando uma perspectiva que já havia sido proposta por Jan Waclae Machajski (1904, apud PASQUINO, 2000, p. 442), enfatiza o aspecto das “classes culturais”, chamando atenção para a importância da desigualdade educacional na perpetuação das desigualdades sociais e predizendo o risco da formação de uma futura classe formada por uma *intelligentsia* técnica, a classe dos detentores do conhecimento, tendo sido esta ideia retomada por Alvin Gouldner (1979, p. 28-30). Esta diversidade de posicionamentos relativamente a um único conceito – o de classe social – pode nos dar mais uma vez uma ideia bastante clara de como é complexo o campo da Teoria.

Para retornarmos à nossa exemplificação, se o Materialismo Histórico enquanto horizonte teórico remete a conceitos como o de “luta de classes” ou de “classe social” – além de outros que poderiam ser citados como

¹⁶ MOSCA, Gaetano. *Elementi di Scienza Politica*. Turim: Bocca, 1896, 1ª ed. [Bari: Edizioni Laterza, 1953, p.217]. Mosca, professor de Direito Constitucional e jornalista que chegou a ocupar diversos cargos políticos entre 1908 e 1908, reviu esta obra em 1923.



o de “modo de produção”, “ideologia”, ou o já discutido conceito de “revolução” – é também uma questão bem presente para o pesquisador o fato de que, se quisermos identificar esta “luta de classes” na documentação que constituímos para examinar este ou aquele período histórico, teremos de nos valer de procedimentos técnicos e metodológicos especiais. É precisamente aqui que passaremos do âmbito da Teoria para o âmbito da Metodologia.

Será talvez uma boa ideia fazer uma “análise de discurso” sobre textos produzidos por indivíduos pertencentes a esta ou àquela “classe social” (“classe social”, aliás, é também uma categoria “teórica”). Esta análise de discurso poderá se empenhar em identificar “contradições”, ou em trazer a nu as “ideologias” que subjazem sob os discursos examinados, e para tal poderá se valer de técnicas semióticas, da identificação de temáticas ou de expressões recorrentes (leituras isotópicas), da contraposição intertextual entre discursos produzidos por indivíduos que ocupam posições de classe diferenciadas, e assim por diante.

Da mesma forma, se acreditamos que as condições econômicas e materiais determinam a vida social e as superestruturas mentais e jurídicas de uma determinada comunidade humana historicamente localizada (outro ‘postulado’¹⁷ teórico do marxismo) deveremos selecionar ou constituir metodologias e técnicas capazes de captar os elementos que caracterizariam esta vida material. Dependendo do tipo de fontes históricas utilizadas poderemos, por exemplo, realizar análises quantitativas ou seriais, utilizar técnicas estatísticas para levantar as condições de vida de determinados grupos sociais dentro de uma determinada população, e assim por diante.

Estas escolhas já são de ordem metodológica, ainda que necessitem estar bem sintonizadas com a Teoria, e com as hipóteses de trabalho¹⁸. A metodologia refere-se, bem entendido, a uma gama bastante

¹⁷ O Postulado é uma proposição que se pede ao interlocutor que a aceite como princípio para iniciar ou dar sequência a um processo de raciocínio, embora não seja nem uma proposição suficientemente evidente para que seja impossível colocá-la em dúvida (axioma), nem seja possível validá-la através de uma operação que não seria passível de ser contestada (como a demonstração de uma hipótese). Desta forma, o postulado coloca-se como qualquer princípio de um sistema dedutivo que, inteiramente dependente do assentimento do interlocutor, não é nem uma ‘definição’, nem uma assunção provisória (hipótese), nem uma proposição evidente por si própria (axioma).

¹⁸ Uma ‘hipótese’ é um Enunciado, em forma de sentença declarativa, que procura antecipar provisoriamente uma possível solução ou explicação para um problema – e que necessariamente deverá ser submetida a teste ou verificação em algum momento (podendo neste caso ser comprovada ou refutada). Em Filosofia e na Ciência, a Hipótese deve dar origem a um processo de deduções a partir de suas consequências, ao mesmo tempo em que seus desdobramentos e implicações podem buscar apoio na realidade empírica. Etimologicamente, “hipótese” significa “proposição subjacente” (*hipo* = embaixo; *thesis* = proposição). O principal papel da Hipótese é ajudar o intelecto a compreender mais facilmente os fatos, não apenas na atividade científica, mas na própria vida cotidiana – para isto contribuindo a potência inferencial que deve apresentar toda hipótese. A esta função argumentativa vêm se juntar outras funções importantes, como a de guiar os vários passos da pesquisa, a de impor um recorte mais definido para o Problema, a de propor antecipadamente soluções para o problema que se quer resolver (mesmo que estas soluções não sejam confirmadas), e a de criar generalizações coerentes a partir dos fatos percebidos na realidade empírica.



ampla e diversificada de procedimentos, técnicas e recursos instrumentais à disposição dos historiadores e cientistas sociais. Quando tratamos de grandes linhas de procedimentos, podemos falar de maneira mais geral em Metodologias propriamente ditas. Quando lidamos com procedimentos muito específicos, destinados a trabalhar com situações mais singulares, estamos já no nível das Técnicas. Muito habitualmente se diz que as grandes linhas de métodos as quais tem se relacionado o pensamento científico ocidental – duas linhas de ação que, na verdade, são complementares – correspondem à Observação e à Experimentação. Há ciências que, conforme as suas especificidades, podem investir mais caracteristicamente em uma ou outra destas grandes linhas de procedimentos. Se a Química ou a Física podem adotar mais correntemente a Experimentação, a Astronomia é essencialmente concebida como uma ciência da Observação. Cada disciplina, conforme a sua especificidade mais geral e a natureza do tipo de conhecimento que produz, fabrica também os seus instrumentos e dispositivos: para a experimentação química surgiram os tubos de ensaio, para a observação astronômica surgiram os telescópios, e assim por diante.

Situemo-nos agora no âmbito das ciências humanas. É mais frequente que a História, a Geografia, a Antropologia ou a Sociologia lidem com a observação para colher os seus dados e materiais de análise. Para a História, até o momento atual, a experimentação é praticamente impossível. A História precisa colher as informações a partir das quais baseará as suas interpretações através da observação e análise das fontes históricas. A Antropologia e a Sociologia também utilizam procedimentos análogos, mas só que voltados para a realidade que as cerca. A não ser nos casos das chamadas Pesquisas Participativas há pouca possibilidade de experimentação nestas ciências sociais, e quando existem envolvem a observância de questões éticas nas quais não poderemos nos deter.

As fontes de informação – na Sociologia, na Antropologia, e pelo menos em uma modalidade historiográfica (a História Oral) – também podem ser produzidas pelo próprio pesquisador, e isto se relaciona a um circuito de técnicas que envolvem entrevistas. Tudo isto, frisamos mais uma vez, refere-se a escolhas metodológicas. Para retomar os parágrafos iniciais deste ensaio, é do “metodológico” tudo o que envolve o “fazer”; não mais o “conceber”, mas este pôr-se diante de uma situação concreta e agir. A escolha do “que” e do “como” observar a realidade examinada, a decisão de comparar fragmentos desta realidade trazidos pelas fontes históricas ou pela realidade social circundante, a delimitação de um campo de observação, a opção por uma ou outra escara de observação (a Macro-Análise ou a Micro-Análise), a construção de grandes séries de dados a serem examinados em busca de semelhanças ou divergências, as tentativas de identificar padrões e rupturas, os procedimentos analíticos que devem buscar por trás do que dizem os discursos, a elaboração de gráficos e tabelas, o tratamento estatístico – na verdade não há limites relativamente aos procedimentos que podem ser movimentados quando o pesquisador passa à ação. A isto tudo chamamos de “Método”.



O Método, de alguma maneira, é o ponto nodal de uma pesquisa, pois é no conjunto de posturas e procedimentos metodológicos que estarão atados a Teoria, as Hipóteses, o tipo de fontes ou materiais para análise, a própria delimitação que foi imposta ao objeto. Para os historiadores, lidar com fontes visuais (pinturas, fotografias) implica em certas possibilidades metodológicas; lidar com os vários gêneros de discurso verbal escrito implica em outros; lidar com a oralidade ou com a cultura material clama por outros repertórios de procedimentos. Mas, ao mesmo tempo, os olhares que os historiadores trazem para a sua pesquisa e que correspondem às suas concepções teóricas terminarão também por orientar as escolhas. Se concebo o Poder como uma estrutura centralizada ou como uma rede que se estende por toda a sociedade de maneira difusa, isto orientará necessariamente as minhas escolhas metodológicas.

Existem certos paradigmas, é preciso ressaltar, que podem ser vistos como paradigmas teórico-metodológicos (e não como paradigmas teóricos, apenas). Neste caso, correm pontos de articulação definidos entre método e teoria. Podemos dar o exemplo do Materialismo Histórico como um paradigma teórico-metodológico. A leitura dialética da realidade (ou seja, a perspectiva teórica dialética) implica necessariamente em um método de exposição igualmente dialético, que busque explicitar as contradições na análise do movimento e da totalidade. Além do mais, a presença necessária de certos conceitos na perspectiva teórica do Materialismo Histórico – tais como classe, luta de classes, modos de produção, entre outros – implica que o pesquisador já deverá necessariamente se orientar, diante de suas fontes, pela busca de contradições, de elementos que explicitem a luta de classes, de referências que permitam dar a compreender o modo de produção, e assim por diante. Temos aqui um exemplo claro de como uma determinada teoria pode se articular fortemente, ou mesmo exigir, determinados procedimentos metodológicos.

Dessa forma, é preciso ressaltar que a interdependência entre uma teoria e um método não é necessária em muitos casos. Daremos o exemplo do método arqueológico. Um arqueólogo, para fazer adequadamente o seu trabalho de busca, identificação e isolamento de vestígios, deve seguir certos procedimentos que são aceitos pela arqueologia, deve se valer de instrumentos que se disponibilizam a todos os arqueólogos, deve se precaver contra certos riscos que podem comprometer a operação arqueológica, e assim por diante. Para este tipo de trabalho, não importa a concepção teórica do arqueólogo. Ele pode ser materialista histórico, historicista, positivista, e assim por diante, mas os procedimentos metodológicos que dizem respeito ao trabalho com os vestígios relacionam-se à operação arqueológica em si mesma, aos modos de trabalho de uma disciplina. É claro que, em um segundo momento – na análise dos vestígios com vistas a uma interpretação acerca de uma sociedade – aí sim entraremos em um âmbito no qual a teoria específica do arqueólogo passa a interagir com a metodologia empregada (por exemplo, o arqueólogo materialista histórico estará atento, em sua análise, para aspectos que não são necessariamente os que serão considerados por um arqueólogo vinculado a outra orientação teórica). Assim, a um território metodológico que é



comum a todos os arqueólogos, e que não diz respeito a nenhuma teoria específica.

Outro exemplo que poderia ser dado é o da metodologia de História Oral. Existem procedimentos aceitos, em certo nível metodológico, para o encaminhamento e realização de entrevistas, que podem ser de diversos tipos. É certo que, no momento de análise das entrevistas, e também no instante mesmo de eleição de categorias e definição dos perfis dos entrevistados, a teoria do pesquisador interage mais diretamente com a sua prática metodológica. Mas não há como negar que existem certos procedimentos que são válidos para a realização de entrevistas como um todo. Há uma parte da metodologia de História Oral, por assim dizer, que independe da perspectiva teórica do pesquisador. O mesmo poderia ser dito para outras possibilidades metodológicas. A Estatística, por exemplo, oferece caminhos que podem ser utilizados por pesquisadores de distintas filiações teóricas. O mesmo podemos dizer acerca da análise lexicográfica, que se constitui a partir da observação do vocabulário que é utilizado por um autor que está sendo analisado.

Com estes exemplos, pretendemos mostrar que – se a pesquisa em qualquer área de saber implica em interações entre posicionamentos teóricos e procedimentos metodológicos – por outro lado a metodologia, em alguns casos, pode conservar a sua autonomia em relação às perspectivas teóricas.

Teoria e metodologia, enfim, podem e devem estar intimamente articuladas, mas isto não implica em confundir estes dois campos. As divisões entre Teoria e Metodologia devem ficar bem claras para o pesquisador que realiza o seu trabalho, da mesma maneira que os modos de pensar e os modos de fazer que se referem a um acontecimento mais corriqueiro, como uma viagem, diferenciam-se claramente. De igual maneira, Teoria e Metodologia devem aparecer bem definidos já desde a fase de planejamento da pesquisa a ser realizada, ou, mais propriamente, na ocasião em que se elabora um Projeto de Pesquisa, este que é um eficaz instrumento de planejamento para a Pesquisa em qualquer área de conhecimento.

Referências

ARENDDT, Hannah. **Da revolução**. São Paulo: Ática/UnB, 1998.

BOBBIO, Norberto et alii. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

BEHE, Michael. **A caixa preta de Darwin**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BUNGE, Mario. Simplicidade no trabalho teórico. **Teoria e Realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CHILDE, Vere Gordon. **Los orígenes de la civilización**. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.

DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies**. Brasília: Universidade de Brasília, 1992.



DELATTRE, P. Teoria/Modelo. In: **Enciclopedia Einaudi**, 21 (Método — Teoria/Modelo). Lisboa: Imprensa Nacional, 1992.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GOULDNER, Alvin W. **The Future of Intellectuals and the Rise of the New Class: A Frame of Reference, Theses, Conjectures, Arguments, and an Historical Perspective on the Role of Intellectuals and Intelligentsia in the International Class Contest of the Modern Era**. New York: Seabury Press, 1979.

GOZZI, Gustavo. Praxis. In: BOBBIO, Norberto (org.) **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MARX, Karl. Teses contra Fauerbach. In: **Os Pensadores**, vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: **Os Pensadores**, vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974a. p.107-263.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1978.

MARX, Karl. **As lutas de classes em França**. Lisboa/Moscou: Edições Avante, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1989.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

PASQUINO, Gianfranco. Revolução. In: BOBBIO, Norberto et alii. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

POMIAN, Krzystof. A história das estruturas. In: LE GOFF, Jacques ; CHARTIER, Roger ; REVEL, Jacques (orgs.) **A nova história**. Coimbra: Almedina, 1990.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1995.

VILAR, Pierre. **Iniciação ao vocabulário da análise histórica**. Lisboa: Sá da Costa, 1985.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. vol. 2. Brasília: UnB, 1999.

Enviado em: 15/05/2012 Aceito em: 25/03/2013
